# AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0484/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA, em atendimento às disposições legais, torna público, para conhecimento de todos, a realização da Dispensa de Licitação acima especificada, e mediante informações a seguir: OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais e materiais de reparo com o escopo de suprir as demandas da Secretaria Municipal de educação de São Gabriel-BA, conforme legislação vigente. PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: Até as 23:59min do dia 17/06/2024, devendo ser enviada através do e-mail: cotacoespmsg@gmail.com; ou entregue pessoalmente através de protocolo na sede da Prefeitura Municipal de São Gabriel, situada na Praça Largo da Pátria, nº 132, Centro, Estado da Bahia, conforme horário de expediente, até as 16:00hs do dia 17/06/2024. O Termo de referência com todas as informações complementares encontra-se publicado disponível endereço junto com este aviso no eletrônico: http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario, podendo também ser solicitado pelo e-mail: cotacoespmsq@gmail.com. Para maiores informações, no horário das 08h00min as 16h00min, no Setor de Licitações, situado na Praça Largo da Pátria, nº 132 – Centro – São Gabriel/BA. BASE LEGAL: Art. 75, II e § 3°, da Lei nº 14.133/2021.

São Gabriel - BA, 12 de Junho de 2024.

Cleverson G G oliveira Agente de Contratação

#### TERMO DE REFERÊNCIA

**1 – OBJETO:** Aquisição de instrumentos musicais e materiais de reparo com o escopo de suprir as demandas da Secretaria Municipal de educação de São Gabriel-BA.

#### 1.1 - Planilha Descritiva:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	ENCORDOAMENTO NYLON	UND	14
2	PELE LEITOSA ARO 06	UND	8
3	PELE LEITOSA ARO 08	UND	10
4	PELE LEITOSA ARO 13	UND	16
5	PELE LEITOSA ARO 14	UND	22
6	PELE RESPOSTA ARO 22	UND	12
7	PELE LEITOSA ARO 22	UND	10
8	ESTEIRA PARA CAIXA 14X36 FIOS	UND	10
9	BAQUETA SIMPLES PARA CAIXA	PAR	10
10	BAQUETA PARA SURDO	PAR	8
11	BAQUETA DE SILICONE	PAR	8
12	BAQUETA PELÚCIA	PAR	9
13	BAQUETA PARA BUMBO BOLA DE BORRACHA	PAR	4
14	BERIMBUS (GUGA, MEDIO, VIOLA)	UND	35
15	PANDEIRO PELE EM COURO	UND	16
16	RECO-RECO	UND	8
17	CAXIXI	UND	16
18	AGOGÔ	UND	9
19	ATABAQUE EM COURO DE CORDAS	UND	18

\*\*\*\*\* A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A MARCA DE CADA PRODUTO OFERTADO

#### 2 - DA JUSTIFICATIVA

A aquisição de instrumentos musicais é um investimento valioso não apenas para o enriquecimento cultural, mas também para o desenvolvimento pessoal e educacional, especialmente quando destinados ao uso em um projeto pedagógico inovador nas escolas municipais. Além de estimular a expressão artística, a música promove o aprendizado, a concentração, a disciplina e a integração social dos alunos, oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Proporcionar um acesso a instrumentos musiciais de qualidade não só enriquece o ambiente escolar, mas também representa um investimento no futuro e na educação das crianças e jovens envolvidos no projeto, contribuindo significativamente para seu aprendizado e formação integral.

Também ressaltamos que os materiais de reparo serão para uso em instrumentos que tem algumas peças com defeito que podem ser reparadas para uso nas atividades sendo imprescindível para o trabalho das oficinas musicais.

A aquisição será parcelada, nas quantidades solicitadas em cada pedido de fornecimento. As entregas ocorrerão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após recebimento pela empresa a ser contratada das Ordens de Fornecimento.

Considerando que o valor da aquisição dos insumos está em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/21, que afirma ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores



a R\$59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras, juntamente ao Decreto n° 089/2021 que regularizada a utilização da Lei no âmbito municipal justifica-se a contratação por dispensa como a forma escolhida.

#### 3 - METODOLOGIA

A presente contratação ocorrerá por meio de Dispensa de Licitação, com base no art. 75, II da Lei Federal nº 14.33/2021, Decreto Municipal nº 089/2021 e Instrução Normativa Municipal nº 001/2021.

### 4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece normas gerais para que a Administração Pública, através dos entes e entidades, realize compras, execute serviços e obras entre outros. A dispensa de licitação, foco deste Termo de Referência, é a forma de contratação direta que a Administração Pública pode realizar, pois, existe a viabilidade de competição.

Justifica-se também pela rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, onde têm os licitantes a possibilidade de reduzir preços durante o próprio processo de escolha, visto que, a escolha ocorreu em razão do valor, uma vez que até o final do exercício não se utilizará um valor acima de R\$59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

Dessa forma, prestação de serviços/fornecimento ora mencionado, satisfaz as necessidades do Município, e se enquadra nos preceitos legais previsto no inciso II, do Artigo 75°, da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 089/2021.

#### 5 - AVALIAÇÃO DE CUSTO

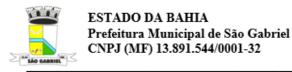
Atendendo ao disposto da Lei nº 14.133/2021 e inciso II, do art. 6º da Instrução Normativa Municipal nº 001/2021, a aquisição da Prefeitura Municipal de São Gabriel - BA, procedeu a pesquisa direta com fornecedores, para verificação dos preços e estimativa de custos e que os valores das cotações serão considerados para efeito de convocação para contratação.

### 6 - DO PRAZO E FORNECIMENTO DO PRODUTO

- 6.1. Os bens serão ser fornecidos parceladamente, após a data de assinatura do Contrato, dentro do período de vigência, podendo ter seu prazo prorrogado sucessivamente, de acordo com o previsto na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.
- 6.2. A entrega dos produtos licitados serão determinadas pelo CONTRATANTE, mediante ordem de fornecimento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da ordem de fornecimento.
- 6.3. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues no prazo máximo estipulado no ítem anterior acima, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE, e serão recebidos e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE.

### 7- DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

7.1 O fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades da Administração, a partir do



recebimento da Nota de Empenho/ordem de fornecimento emitida pelo setor responsável.

- 7.2. A empresa deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega foi efetuada, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.
- 7.3. Os produtos que integram o objeto do presente termo de referência deverão estar em conformidade com os itinerários devidamente descritos neste Termo conforme tabela descrita acima.
- 7.4. A entrega será parcelada em quantidades fracionadas conforme a necessidade, feita ao preposto da Secretaria Solicitante, nos endereços constantes das ordens de fornecimento, a quem caberá conferilo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências contidas neste termo de referências.
- 7.5. Além da entrega no local designado pelo órgão solicitante deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.
- 7.6. Os produtos serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordos com as condições estipuladas no instrumento convocatório e contratos.
- 7.7. Os produtos deverão ser de qualidade, estando em ótimo estado e devidamente embalados.
- 7.8. As despesas com transporte serão de responsabilidade do contratado. E o pagamento será efetuado após a compra realizada, mediante apresentação de Nota Fiscal.
- 7.9. A CONTRATADA deverá, durante o fornecimento dos bens, atender as exigências das condições de segurança.
- 7.10. A empresa vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria requisitante, encarregada de acompanhar a entrega do material prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.
- 7.11. A contratada se responsabilizará por quaisquer danos causados aos produtos na execução do fornecimento.
- 7.12. Fica assegurado a Secretaria Municipal demandante, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas no presente Termo de Referencias, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, conforme os prazos estabelecidos, que ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura de São Gabriel.



#### 8 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. A vigência do contrato será até 31/12/2024, a partir da assinatura do contrato e podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante termo aditivo, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

#### 9 – DA GARANTIA

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar a documentação de garantia que for disponibilizada pelo fabricante, referente aos produtos e/ou equipamentos adquiridos conforme o objeto deste Termo de referência, informando o prazo vigente, após efetuada a entrega.

### 10 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇO

- 10.1 Trata-se de bem comum, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação em razão do valor.
- 10.2. A aquisição dos bens não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 11 – CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 11.1 Para assinatura do contrato a Empresa vencedora do certame deverá apresentar:
- a) Equipamentos compatíveis com os que foram apresentados na proposta vencedora no local e data a serem definidos e informados para análise e aprovação do responsável da Fiscalização designado pela Secretaria Municipal demandante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após convocação.
- b) Os produtos deverão obedecer as exigências previstas pela Secretaria solicitante, sob pena de decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e nas legislações vigentes.

#### 12 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será até o 30 (trigésimo) dia subsequente ao mês da execução do serviço, após o "ateste" do satisfatório atendimento do especificado.
- 12.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar a Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, a nota fiscal do (s) serviço (s) realizado (s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de São Gabriel e conter o número do empenho correspondente;
- 12.3 Além da nota fiscal do (s) serviço (s) executado (s), a (s) empresa (s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:
- 12.3.1 prova de regularidade com o FGTS (CRF Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade; (exclusivo para pessoa jurídica)
- 12.3.2 Certidão Negativa relativo a débitos Trabalhistas (CNDT);
- 12.3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral);



- 12.3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- 12.3.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

### 13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

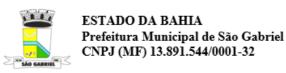
13.1 - As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da seguinte dotação fixada na Lei Orçamentária Anual do Município de São Gabriel, exercicio de 2024:

UNIDADE: 02.05.02 AÇÃO: 2.026 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00 / 4.4.9.0.52.00

**FONTE**: 1.500 / 1.550

#### 14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;
- 14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência:
- 14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 14.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 14.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 14.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 14.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 14.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o fornecimento dos produtos objeto do contrato;
- 14.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos bens, após seu recebimento;



- 14.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.10. Rejeitar qualquer produto fornecido equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência.
- 14.11.Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto desta Dispensa, ressalvados os casos autorizados pela SECRETARIA demandante;
- 14.12. Solicitar que seja refeito o serviço que não atenda às especificações constantes neste termo de referência.
- 14.13. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio de servidor nomeado para esse fim.

### 15 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 15.1 Fornecer os produtos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e em sua proposta;
- 15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 15.3. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 15.4. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia do fornecimento dos produtos, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado:
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- 15.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;



- 15.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento.
- 15.7. Promover a organização técnica e administrativa do fornecimento, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 15.8. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.
- 15.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 15.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 15.14. Fornecer s produtos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 15.15. Apresentar a documentação legal para a cobertura da garantia direta do fabricante referente ao equipamento a ser adquirido, devendo o contratado entregar à Administração toda documentação que comprove este benefício.
- 15.16. A licitante deverá encaminhar o orçamento/proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão, devendo, ainda, declarar e encaminhar, as seguintes informações:
- A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública
- O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;



- A responsabilidade pelas informações que forem encaminhadas, assumindo como firmes e verdadeiras:
- O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e:
- O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 16 - DAS SANÇÕES:

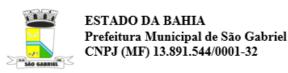
- 16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, guais sejam:
- 16.1.1. Dar causa a inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2. Dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3. Dar causa a inexecução total do contrato;
- 16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 16.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza;
- 16.1.11. Considerar comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto ás condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos deste certame;
- 16.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subintes anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ás seguintes sanções:
- a) Advertência pela fala do subitem 16.1.1 deste Termo de Referência para Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens do 16.1.3, deste Termo de Referência para Contratação Direta quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave:
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstancias agravantes ou atenuantes;



- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além de perda desse valor a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 16.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- 16.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indício de pratica de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo a administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 16.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
- 16.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### 17 - DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. O Município de São Gabriel, através de seus Gestores, designarão mediante Decreto, um(a) servidor(a) que fará o acompanhamento e fiscalização do referido contrato e um(a) gestor(a) para este contrato, sendo os responsáveis pela observância do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais obrigando-se a comunicar aos demais setores sobre qualquer falta ou falha, cumprindo assim o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle dos produtos e execução do contrato.
- 17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência
- 17.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



- 17.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato
- 17.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 17.7. O servidor da SECRETARIA demandante do Município de São Gabriel/BA, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

### 18 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para habilitação, a Empresa deverá apresentar a documentação solicitada, em 01 (uma) só via, no seu original, ou cópia autenticada em Cartório ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, nos termos do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/20 e alterações, dentro dos seus respectivos prazos de validade, conforme o caso, e consistirá de Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal, abaixo especificadas:

#### 18.1 Habilitação Jurídica:

Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.
- b) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da composição da Diretoria em exercício, no caso de sociedades civis.
- c) Decreto de Autorização em se tratando de Empresa ou Sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 18.2 Qualificação Técnica:

a) Atestado (s) de desempenho anterior, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando que a proponente prestou ou está prestando satisfatoriamente serviços compatíveis o objeto deste termo, em nome da empresa ou de seu responsável técnico.

#### 18.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede da empresa.

### 18.4 Regularidade econômico e financeira:

a) Certidão negativa de Concordata e Falência

#### **19 – ANEXOS:**

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I Modelo de Proposta de Preço;
- Anexo II A declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Anexo III Declaração do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Anexo IV Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- Anexo V Declaração de responsabilidade pelas informações que forem encaminhadas, assumindo como firmes e verdadeiras;
- Anexo VI Declaração do cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

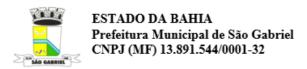
São Gabriel - BA, 12 de Junho de 2024.

Luciana Rodrigues Silva Gomes
Secretário Municipal de Educação



### ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA

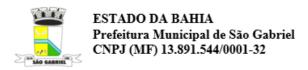
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO – LOTE 01 PROCESSO ADIMINSTRATIVO: 0484/2024					
Razão	Social do Fornecedor:				
	Completo do Responsável da Empresa:				
CNPJ:					
Endere					
E-mail:	E-mail: Telefone:				
	O: Aquisição de instrumentos musicais e materiais	s de re	eparo com	o escopo de suprir a	as demandas da Secretaria
	al de Educação de São Gabriel-BA.				
ITEM	DESCRIÇÃO		QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ENCORDOAMENTO NYLON	UND	14		
2	PELE LEITOSA ARO 06	UND	8		
3	PELE LEITOSA ARO 08	UND	10		
4	PELE LEITOSA ARO 13	UND	16		
5	PELE LEITOSA ARO 14	UND	22		
6	PELE RESPOSTA ARO 22	UND	12		
7	PELE LEITOSA ARO 22	UND	10		
8	ESTEIRA PARA CAIXA 14X36 FIOS	UND	10		
9	BAQUETA SIMPLES PARA CAIXA	PAR	10		
10	BAQUETA PARA SURDO	PAR	8		
11	BAQUETA DE SILICONE	PAR	8		
12	BAQUETA PELÚCIA	PAR	9		
13	BAQUETA PARA BUMBO BOLA DE BORRACHA		4		
14	BERIMBUS (GUGA, MEDIO, VIOLA)	UND	35		
15	PANDEIRO PELE EM COURO	UND	16		
16	RECO-RECO	UND	8		
17	CAXIXI	UND	16		
18	AGOGÔ	UND	9		
19	ATABAQUE EM COURO DE CORDAS	UND	18		
				VALOR TOTAL:	R\$
	**** A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR A	A MAR	CA DE CA	ADA PRODUTO QUE	OFERTAR
PRAZO	E LOCAL DA ENTREGA:				
Quando	o necessário favor retornar no e-mail: cotacoesp	msg@g	gmail.com		
			1		
	Carimbo do CNPJ/Assinatura da Empresa.			Assinatura do F	Responsável.
VALIDA	ADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias até		1	1	
Local e Data:					



### **ANEXO II**

# DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14

rt. 14 da Lei Federal n São Gabriel/BA, _		4- 20	
São Gabriel/BA, _	de	4- 00	
		de 2u	
Assinatura	do representant	e da empresa.	
	Assinatura	Assinatura do representant	Assinatura do representante da empresa.



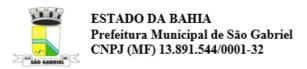
### **ANEXO III**

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa			, inscrita
no CNPJ nº		, por intermédio	de seu representante legal,
o(a) Sr. (a)		, portador(a	a) da Carteira de Identidade
nº	e do	CPF nº	, DECLARA,
para fins de habilitação na Dispensa de Lid	citação nº	/2024, sob as sanções	administrativas cabíveis e
sob as penas da lei, que esta empresa, na	presente data,	é considerada:	
• ( ) MICROEMPRESA, conforme In	ciso I do artigo	3° da Lei Complementar n°	123 de 14/12/3006;
• ( ) EMPRESA DE PEQUENO PO	RTE, conforme	e Inciso II do artigo 3º da Le	i Complementar nº 123, de
14/12/2006.			
Declara ainda que a empresa está exclu	ída das vedaç	ões constantes do parágra	afo 4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006			
São Gabriel/BA, _	de	de	_•
Assinati	ıra do represe	ntante da empresa.	

OBS: 1) assinalar com um "X" a condição da empresa.

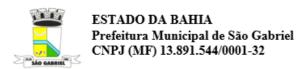
OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto a Proposta de Preços pela empresa que pretende ser beneficiado nesta licitação pela Lei Complementar nº 123/2006.



### **ANEXO IV**

# DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

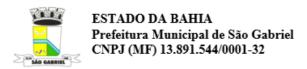
Declaramos para fins de atendimento ao que consta no Termo de Referência da Dispensa nº/2024 da
Prefeitura Municipal de São Gabriel/Ba, que a empresa, tomou
conhecimento do Aviso de Contratação e de todas as condições de participação na Dispensa de Licitação e se
compromete a cumprir todos os termos do Termo de Referência e fornecer material/serviço de qualidade, sob as
penas da Lei.
São Gabriel/BA, de de
Assinatura do representante da empresa.



### ANEXO V

# DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES

A empresa	, inscrita no do
CNPJ sob o número:	, estabelecida no endereço:
	·
Bairro:, Município	:, CEP:
, assume inteira	responsabilidade pelas informações prestadas e
autenticidade das cópias dos documentos entregues para	a a Dispensa de Licitação nº/2024. Declaro
estar de inteira responsabilidade pelas informações prestad	das, estando ciente de que a falsidade nas informações
acima implicará nas penalidades cabíveis.	
São Gabriel/BA, de	de 20
Assinatura do represe	ntante da empresa.



### **ANEXO VI**

# DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

\ empresa				declar
ara os devidos fins	s licitatórios que cumpre	as exigências de	reserva de cargos para F	Pessoa com Deficiência
°cD, para reabilitad	do da Previdência Soci	al e para aprendi	z, em atenção ao art. 9	2, inciso XVII da Lei ı
4.133/2021.				
	São Gabriel/BA,	de	de	
	Assinatu	ra do representan	te da empresa.	